



# Um Olhar Sobre a Despesa Pública

Centro de Integridade Pública

Boa Governação - Transparência - Integridade \*\* Edição Nº 37/2016 - Outubro - Distribuição Gratuita

## O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO JANEIRO-JUNHO 2016 EXPÕE A PERSISTENTE FALTA DE TRANSPARÊNCIA NAS POLÍTICAS FISCAIS DO GOVERNO

Por: Celeste Filipe e Jorge Matine

O Relatório de Execução do Orçamento do Estado de Janeiro-Junho 2016 (REO II 2016), publicado na página *web* da DNO<sup>1</sup>, revela mais uma vez a apatência do Governo em não apresentar as transações financeiras por si realizadas de forma transparente. Isto levanta sérias questões de grande preocupação em relação à confiança que se deve depositar no Governo. A falta de transparência torna-se crucial quanto à estratégia do Governo para controlar a crise de iliquidez na economia e frenar o desastre das dívidas ocultas. O CIP nesta Nota gostaria de enfatizar mais uma vez que o facto de o Governo ter ocultado as dívidas EMATUM, Pro-Indicus e MAM (as únicas conhecidas até agora) foi motivo suficiente para a suspensão de uma parte importante do apoio financeiro ao Orçamento por parte dos parceiros – apoio sem o qual o Governo já não tem oxigénio suficiente para gerar as suas políticas fiscais.

Importa realçar que para o ano de 2016 o documento orientador da despesa pública teve 3 grandes marcos, tendo cada um merecido uma análise profunda do CIP<sup>2</sup>:

- Submissão da Proposta do Orçamento de Estado (OE) 2016 em Setembro de 2015: foi apresentada uma proposta de orçamento em Setembro de 2016 baseada em pressupostos bastante optimistas no que tange à arrecadação de receitas provenientes da exploração de recursos naturais, previsão de crescimento do PIB e total da despesa pública na ordem dos 261 mil milhões de Meticais (MMT).
- Aprovação do OE pela AR em Dezembro de 2016: devido à existência de discrepâncias entre os indicadores da Proposta do OE com os da conjuntura económica internacional foi submetido um segundo documento que reconhecia a deterioração do

1 [http://www.dno.gov.mz/docs/ore\\_estado/execucao/REO\\_JAN\\_JUN\\_2016.zip](http://www.dno.gov.mz/docs/ore_estado/execucao/REO_JAN_JUN_2016.zip).

2 [http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Industria\\_Extrativa/408\\_um\\_olhar\\_despesa\\_0115.pdf](http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Industria_Extrativa/408_um_olhar_despesa_0115.pdf)

[http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Financas\\_Publicas/Falhas\\_no\\_Orçamento.pdf](http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Financas_Publicas/Falhas_no_Orçamento.pdf)

[http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Financas\\_Publicas/AS\\_FALHAS\\_NAS\\_POLITICAS\\_MACROECONOMICAS\\_FINANCAS\\_PUBLICAS.pdf](http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Financas_Publicas/AS_FALHAS_NAS_POLITICAS_MACROECONOMICAS_FINANCAS_PUBLICAS.pdf)

preço das principais matérias-primas de exportação reduzindo o total da despesa pública em 5,7%.

- Aprovação e Promulgação da Lei de Revisão do OE (OER) a 2 de Agosto de 2016: reconhecendo o Governo que o Orçamento aprovado não se enquadrava na contínua deterioração do Metical (em parte devido à suspensão do Apoio Geral ao Orçamento no valor de 10,9 MMT) e havendo necessidade de adoptar políticas mais restritivas no âmbito da despesa pública para conter a inflação, o Governo submeteu à Assembleia da República em Julho do ano corrente um OER que, para além de reduzir a despesa pública em 2,71 MMT, ajustou para baixo as estimativas de crescimento do PIB e para cima a inflação.
- A análise do Relatório de Execução Orçamental (REO) de Janeiro a Junho de 2016 dá seguimento ao acompanhamento da execução orçamental que

o CIP se propõe no seu quadro de monitoria ao Orçamento do Estado.

Uma primeira observação do CIP é que o REO II 2016 surpreendentemente não está actualizado às cifras do OER. Ainda mais, é apresentada uma tabela (Tabela 1: Alterações Orçamentais) que só apresenta as cifras orçamentadas e actualizadas com base no OE aprovado em Dezembro de 2015, sem incluir as cifras revistas do OER. O mesmo comentário é válido para um documento separado intitulado “Alterações Orçamentais”. Este documento não só carece de texto, mas apresenta informação num formato (pdf) que não permite a análise das cifras para as necessidades dos investigadores, o que impossibilita fazer um acompanhamento da real execução da despesa pública. *O CIP acha que, mesmo que o OER só tenha sido aprovado em Junho de 2016 e a publicação do REO II só em Agosto, os funcionários do Ministério da Economia e Finanças (MEF) deviam ter tido tempo suficiente para actualizar o REO II e incorporar as cifras do OER.*

Tabela 1. - Resumo das Alterações Orçamentais (Em Milhoes de Meticais)

Âmbitos	Ano 2015				Ano 2016			
	Orçamento Anual		Alterações	% Alterações	Orçamento Anual		Alterações	% Alterações
	Inicial	Actualizado			Inicial	Actualizado		
<b>Despesa de Funcionamento</b>	<b>120,351.7</b>	<b>118,092.0</b>	<b>-2,259.8</b>	<b>-1.9</b>	<b>136,159.3</b>	<b>136,159.3</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>
Central	59,333.4	52,862.6	-6,470.8	-10.9	78,644.0	76,796.7	-1,847.3	-2.4
Provincial	33,300.8	34,310.1	1,009.4	3.0	26,405.2	27,436.2	1,031.0	3.8
Distrital	25,704.1	28,905.8	3,201.7	12.5	28,818.8	29,635.1	816.3	2.8
Autárquico	2,013.5	2,013.5	0.0	0.0	2,291.3	2,291.3	0.0	0.0
<b>Despesa de Invest. Interna</b>	<b>44,881.3</b>	<b>44,881.3</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>41,338.9</b>	<b>41,889.9</b>	<b>551.0</b>	<b>1.3</b>
Central	34,601.1	34,064.0	-537.2	-1.6	29,862.1	29,403.9	-458.3	-1.6
Provincial	5,507.5	5,810.2	302.7	5.5	6,505.0	7,181.0	676.0	9.4
Distrital	3,635.1	3,825.2	190.1	5.2	3,696.0	3,979.3	283.3	7.1
Autárquico	1,137.6	1,182.0	44.4	3.9	1,275.8	1,325.8	50.0	3.8
<b>Despesa de Invest. Externa</b>	<b>38,298.2</b>	<b>38,298.2</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>42,526.6</b>	<b>42,526.6</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>
Central	30,610.4	31,899.6	1,289.3	4.2	39,465.1	37,255.3	-2,209.8	-5.9
Provincial	6,886.9	5,455.9	-1,431.0	-20.8	2,332.9	4,328.3	1,995.4	46.1
Distrital	800.9	942.7	141.7	17.7	728.6	943.0	214.4	22.7
<b>Operações Financeiras</b>	<b>22,893.7</b>	<b>25,153.5</b>	<b>2,259.8</b>	<b>9.9</b>	<b>26,045.6</b>	<b>26,045.6</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>
<b>Despesa Total</b>	<b>226,425.0</b>	<b>226,425.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>246,070.4</b>	<b>246,621.4</b>	<b>551.0</b>	<b>0.2</b>
Central	147,438.6	143,979.7	-3,458.9	-2.3	174,016.8	169,501.4	-4,515.4	-2.7
Provincial	45,695.2	45,576.3	-118.9	-0.3	35,243.1	38,945.5	3,702.4	9.5
Distrital	30,140.2	33,673.7	3,533.5	11.7	33,243.4	34,557.4	1,314.0	3.8
Autárquico	3,151.0	3,195.4	44.4	1.4	3,567.1	3,617.1	50.0	1.4

Fonte: CGE 2015 e MEX

## A. FINANCIAMENTO

O défice durante Janeiro-Junho do OE 2016 foi de 22,9 MMT; o défice orçamentado foi de 69,6 MMT, ou seja, 29,5% (Tabela 2). Mesmo que isto seja menos de 50% (ponto de referência, sendo meado do ano), o que normalmente indicaria uma boa disciplina fiscal do Governo, o resultado neste caso não é positivo. O défice baixo revela a queda drástica das despesas de investimento, que alcançaram uma realização de só 19,6%. O que o REO não explica em nenhum momento é por que os investimentos caíram tanto: os recursos externos (créditos e donativos) no total alcançaram uma taxa de realização de 47,3%, ou seja, consistente com o

facto de estar em meado do ano. Mas os investimentos com recursos externos só alcançaram uma realização de 13,3% – uma diferença de 34 pontos percentuais! Isto implica contundentemente que o Governo recebeu dinheiro para fins não produtivos – e estamos de novo numa situação em que os Moçambicanos não sabem para que fins foram contratados os novos empréstimos! *O CIP insta o Governo a explicar ao povo de Moçambique como foi possível – num contexto onde há uma taxa de realização dos recursos externos de perto de 50% – que os investimentos com os recursos externos não espelhem uma taxa de realização similar.*

Tabela 2. Resumo das Contas Fiscais 2016

	Aprovado	Rectificado 1]1	Realizado Jan-Jun,	% Real, Real.
<b>RECEITAS DO ESTADO</b>	<b>176,3</b>	<b>65,6</b>	<b>72,3</b>	<b>41,0</b>
Receitas Fiscais	<b>151,4</b>	<b>144,5</b>	<b>59,4</b>	<b>39,2</b>
<i>Impostos sobre Rendimentos</i>	62,3	64,6	28,9	43,7
<i>Receitas sobre Bens e Serviços</i>	82,0	74,5	28,0	34,9
<i>Outros Impostos Fiscais</i>	7,1	5,4	2,5	49,0
Receitas Não Fiscais (incl. próprias)	10,2	9,9	6,8	65,9
Receitas Consignadas	11,5	8,0	5,1	44,2
Receitas de Capital	3,2	3,2	1,0	32,6
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>246,1</b>	<b>243,1</b>	<b>93,7</b>	<b>38,1</b>
<b>Despesas de Funcionamento</b>	<b>136,2</b>	<b>143,2</b>	<b>72,8</b>	<b>53,5</b>
Despesas com o Pessoal	71,3	70,0	38,6	54,9
Bens e Serviços	29,0	24,8	11,8	40,5
Encargos da Dívida	12,5	15,1	7,3	58,2
<i>Juros Internos</i>	7,2		3,3	45,2
<i>Juros Externos</i>	5,3	7,2	4,0	75,8
Transferências Correntes	19,3		14,1	72,1
Subsídios	2,1	5,3	0,9	41,5
Demais Despesas Correntes	1,5	21,3	0,1	12,2
Despesas de Capital	0,5	0,9	0,1	13,9
<b>Despesas de Investimento</b>	<b>83,9</b>	<b>10,6</b>	<b>16,5</b>	<b>19,6</b>
<i>Com Recursos Internos</i>	41,3	0,5	10,8	25,9
<i>Com Recursos Externos</i>	42,5	76,0		13,3
Operações Financeiras	26,0	28,9	5,6	22,6
		47,1	5,9	29,5
<b>DÉFICE; antes de donativos</b>	<b>-69,8</b>	<b>23,9</b>	<b>-22,9</b>	
<b>FINANCIAMENTO</b>	69,6	-77,5	22,9	29,5
Financiamento Interno	7,6		-6,4	...
<i>Créditos</i>	7,6	77,8	2,3	...
<i>Variação de saldos</i>	0,0	21,8	-8,7	...
Financiamento Externo	62,0	21,8	29,3	47,2
<i>Créditos</i>	37,2	0,0	23,7	63,7
<i>Donativos</i>	24,8	56,0	5,6	22,4
ITEM DE MEMORANDO:				
Crédito do sistema bancário ao Governo	...	...	19,9	
Crédito do sector bancário reportado pelo Governo	...	...	-6,4	
<b>Discrepância</b>	...	...	<b>26,3</b>	

Fonte: Elaborado pelo CIP a partir dos documentos enumerados abaixo:

1] Apresentado só para fins de informação, já que o texto do REO II 2016 não analisa estas cifras.

2] Orçamento Aprovado pela AR em Dezembro de 2015.

3] Realização = cifras proporcionadas pelo Relatório de Execução do Orçamento (REO) Janeiro-Junho 2016.

Os recursos do exterior que não foram aplicados para investimentos permitiram que o crédito interno no primeiro semestre de 2016 fosse, à primeira vista, negativo em 6,4 MMT (uma **contração** de crédito), resultado de um aumento de

crédito bruto de 2,3 MMT e um aumento de saldos (contabilmente com sinal negativo) em outras contas do Governo de 8,7 MMT. Só que existe uma discordância enorme entre o que o Governo apresenta como transacções referentes ao crédito interno (do sistema bancário) e o que dizem as estatísticas publicadas pelo Banco de Moçambique. Estas últimas indicam um **aumento** de crédito líquido ao Governo de 19,9 MMT, uma diferença de 26,3 MMT com as cifras apresentadas pelo Governo!



Ora, o BM apresenta as suas cifras de um ponto de vista contabilístico, o que implica que é pouco provável que as suas informações estejam erradas. Prova disto é que o FMI, ao construir as suas tabelas para a análise das actividades financeiras do Governo, utiliza as contas do BM – e não as cifras apresentadas no REO pelo Governo. *Chegados a este ponto, o CIP insta mais uma vez o Governo a adoptar o Plano de Contas (Chart of Accounts), discutido anteriormente com o FMI, para poder analisar melhor as transacções reais que está a reportar. Além disso, o Governo deve também explicar o porquê da enorme discrepância entre as cifras reportadas pelo Governo e pelo BM.*

Outrossim, surge a mesma pergunta que o CIP fez referente ao REO 2015<sup>3</sup>: por que o Governo não aumentou o mon-

tante utilizado de crédito interno a níveis programados, ou seja, 3,8 MMT – 50% da cifra orçamentada de 7,6 MMT – em vez de contrair o crédito de 6,4 MMT. O Governo, mais uma vez, apresenta a rubrica de “variação de saldos” no financiamento interno sem indicar de que se trata: o REO II 2016 guarda silêncio no total das suas 539 páginas sobre qual foi a conta em questão. Tirando o aparte de não saber de que transacção se trata, o mero facto de uma variação de saldos existir levanta perguntas fundamentais de políticas fiscais: por que o Governo não aplica o dinheiro disponível para os investimentos, em vez de acumular saldos? *O CIP insta o Governo a velar pela aplicação das suas políticas fiscais para incentivar a economia com actividades produtivas nestes tempos de incerteza e dificuldade de iliquidez.*

## B. RECURSOS

O total das receitas alcançou 72,3 MMT, ou seja, 41,0% do total orçamentado. Em termos de arrecadação de receitas aos cofres do Estado, nas rubricas que ultrapassaram 50% em termos de realização destacam-se: os Outros Impostos Nacionais<sup>4</sup> com 138,4%; o Imposto Específico sobre Actividade Petrolífera com 68,1%; as Contribuições Sociais<sup>5</sup> com

67,7%; os Bens de Domínio Público<sup>6</sup> com 63,6% e o IVA nas operações internas com 59,0%<sup>7</sup>. Apesar de ter ultrapassado a meta de arrecadação em mais de 100% ainda a meio do ano, a rubrica “Outros Impostos Nacionais,” no valor de 2,6 MMT, por albergar muitos tipos de impostos dificulta ao leitor o conhecimento da real fonte das receitas.

3 CIP, Jorge Matine e Celeste Filipe, O Relatório de Execução do Orçamento do Estado 2015 Levanta Sérias Questões sobre a Implementação das Políticas Fiscais do Governo, partes I a IV, <http://cipmoz.org/index.php/pt/financas-publicas/130-a-disponibilidade-de-informacao-para-os-orcamentos-anuais-tem-sido-consistentemente-frac>

4 Uma classificação nova introduzida pelo Governo que compreende os Impostos de Selo, Sobre Veículos, Sobre Sucessões e Doações de Reconstrução Nacional, SISA, Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes e demais Impostos Nacionais.

5 Contribuições Sociais são receitas provenientes das contribuições dos trabalhadores ou dos empregadores tanto de entidades públicas quanto privadas e que sejam destinadas a custear a aposentação de segurança social.

6 Os bens de domínio público são o conjunto de bens de propriedade do Estado, impenhoráveis e imprescritíveis. Ex: de acordo com a Constituição da República constituem domínio público do Estado a zona marítima, o espaço aéreo, o património arqueológico, as zonas de protecção da natureza, o potencial hidráulico, o potencial energético, as estradas e linhas férreas, as jazidas minerais e os demais bens como tal classificados por lei.

7 As rubricas desta tabela representam mudanças na apresentação de receitas. Lamentavelmente, a DNO não inclui dados históricos, algo que é norma nestes casos. Nesta Nota o CIP utiliza a classificação antiga (Tabela 4) para poder comparar 2016 com 2015.

**Tabela 3. Receitas Fiscais (Classificação Nova)<sup>8</sup>**

Classificação Económica	Ano de 2016			
	Orçamento Anual	Cobrança Jan-Jun.	% Peso	% Realiz
<b>Receitas Correntes</b>	<b>173,221.80</b>	<b>71,277.50</b>	<b>98.60</b>	<b>41.10</b>
<b>Tributárias</b>	<b>165,644.10</b>	<b>67,072.50</b>	<b>92.70</b>	<b>40.50</b>
<b>Impostos Nacionais</b>	<b>165,644.10</b>	<b>67,072.50</b>	<b>92.70</b>	<b>40.50</b>
<b>Imposto s/ o Rendimento</b>	<b>65,827.20</b>	<b>28,760.30</b>	<b>39.80</b>	<b>43.70</b>
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas	41,519.80	16,394.60	22.70	39.50
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Singulares	24,112.40	12,241.10	16.90	50.80
Imposto Especial sobre o Jogo	195.10	124.60	0.20	63.90
<b>Imposto s/ Bens e Serviços</b>	<b>80,215.20</b>	<b>28,014.20</b>	<b>38.70</b>	<b>34.90</b>
Imposto s/ o Valor Acrescentado	53,266.80	19,716.10	17.90	37.00
IVA — Nas operações internas	21,928.00	12,943.60	17.90	59.00
IVA—Nas importações	31,338.80	13,143.80	2.50	41.90
Imposto s/ Comercio Externo	13,919.70	4,996.90	6.90	35.90
Imposto s/ Consumo Esp. Produção Nacional	5,146.20	1,783.00	2.50	34.60
Imposto s/ Consumo Esp. Produtos Importados	7,882.40	1,518.10	2.10	19.30
<b>Taxas</b>	<b>16,478.30</b>	<b>7,148.50</b>	<b>9.90</b>	<b>43.40</b>
<b>Das quais:</b>				
Taxas sobre os Combustíveis	8,396.20	3,525.40	4.90	42.00
Taxas Nacionais	8,082.00	3,623.10	5.00	44.80
<b>Outros Impostos Nacionais</b>	<b>3,123.40</b>	<b>3,149.50</b>	<b>4.40</b>	<b>100.80</b>
Imposto Específico s/ Actividade Mineira	879.70	277.90	0.40	31.60
Imposto Específico s/ Actividade Petro-lífera	331.20	225.60	0.30	68.10
Outros Impostos Nacionais	1,912.50	2,646.00	3.70	138.40
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>7,577.60</b>	<b>4,205.00</b>	<b>5.80</b>	<b>55.50</b>
Contribuições Sociais	3,118.40	2,111.00	2.90	67.70
Patrimoniais	380.70	110.80	0.20	29.10
Exploração de Bens de Domínio Público	548.30	348.60	0.50	63.60
Venda de Bens e Serviços	3,347.60	1,549.50	2.10	46.30
Outras	182.60	85.00	0.10	46.60
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3,187.40</b>	<b>1,039.80</b>	<b>1.40</b>	<b>32.60</b>
Alienação do Património do Estado	3,187.40	29.20	-	0.90
Outras Receitas de Capital		1,010.50	1.40	
<b>Receitas Correntes e de Capital</b>	<b>176,409.20</b>	<b>72,317.20</b>	<b>100.00</b>	<b>41.00</b>

<sup>8</sup> Uma classificação nova introduzida pelo Governo para 2016.

Embora em termos relativos (percentuais) a cobrança de receitas aos cofres do Estado se tenha situado abaixo das cifras de igual período de 2015 (Tabela 4), verifica-se um aumento total nominal de quase 2,0 MMT, justificado pelos aumentos nominais das receitas de impostos sobre ren-

dimentos. Quedas nominais e percentuais foram verificadas na cobrança do Imposto sobre o Valor Acrescentado<sup>9</sup> em cerca de -3,3 MMT e realização de 37,0%; receitas das taxas sobre combustíveis em cerca de -1,0 MMT e realização de 20,1%.

Tabela 4: Receitas Fiscais (Apresentação Antiga)

	Ano 2015			Ano 2016			Variacao Nominal
	Orcamento anual	Cobranca Jan-Jun	% Realizacao	Orcamento anual	Cobranca Jan-Jun	% Realizacao	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>157 520,40</b>	<b>69 354,90</b>	<b>44,03</b>	<b>173 221,80</b>	<b>71 277,40</b>	<b>41,15</b>	<b>1 922,50</b>
<b>Receitas fiscais</b>	133 009,30	59 134,00	44,46	151 431,50	59 426,70	39,24	292,70
Imposto s/ rendimento	51 411,10	25 911,70	50,40	66 178,60	28 946,10	43,74	3 034,40
imposto s/ rendimento de pessoas colectivas	29 624,00	15 612,10	52,70	41 967,70	16 630,20	39,63	1 018,10
imposto s/ rendimento de pessoas singulares	21 684,40	10 249,10	47,26	24 112,40	12 244,10	50,78	1 995,00
imposto especial sobre o jogo	102,70	50,40	49,07	98,50	71,80	72,89	21,40
Imposto s/ bens e servicos	75 178,90	30 305,60	40,31	80 215,20	28 014,20	34,92	- 2 291,40
Imposto s/ o valor acrescentado	49 278,10	23 047,60	46,77	53 266,80	19 716,10	37,01	- 3 331,50
IVA - nas operacoes internas	21 523,60	10 077,60	46,82	21 928,00	12 943,60	59,03	2 866,00
IVA - nas importacoes	27 754,50	12 970,00	46,73	31 338,80	13 143,80	41,94	173,80
Imposto sobre consumo especifico producao nacional	7 228,20	1 666,00	23,05	5 146,20	1 783,00	34,65	117,00
Imposto sobre consumo especifico produtos importados	5 421,10	1 554,60	28,68	7 882,40	1 518,10	19,26	- 36,50
Imposto sobre Comercio Externo	13 251,60	5 672,80	42,81	13 919,70	4 996,90	35,90	- 675,90
Outros Impostos	6 419,30	2 916,70	45,44	5 037,60	2 466,40	48,96	- 450,30
<b>Receitas Nao Fiscais</b>	<b>11 360,20</b>	<b>5 838,90</b>	<b>51,40</b>	<b>10 246,20</b>	<b>6 753,80</b>	<b>65,92</b>	<b>914,90</b>
das quais receitas proprias	4 437,40	3 294,40	74,24	5 080,60	3 707,50	72,97	413,10
<b>Receitas Consignadas</b>	<b>13 150,90</b>	<b>4 382,00</b>	<b>33,32</b>	<b>11 544,10</b>	<b>5 096,90</b>	<b>44,15</b>	<b>714,90</b>
das quais taxa sobre os combustiveis	6 850,50	2 347,10	34,26	6 370,10	1 281,60	20,12	- 1 065,50
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3 187,40</b>	<b>995,66</b>	<b>31,24</b>	<b>3 187,40</b>	<b>1 039,80</b>	<b>32,62</b>	<b>44,14</b>
Alienacao de bens	-	30,60	#DIV/0!	-	29,20	#DIV/0!	- 1,40
Alienacao do Patrimonio do Estado	-	30,60	#DIV/0!	-	29,20	#DIV/0!	- 1,40
Outras Receitas de Capital	3 187,40	965,00	30,28	3 187,40	1 010,50	31,70	45,50
Dividendos	-	381,60	#DIV/0!	-	274,20	#DIV/0!	- 107,40
Outras	3 187,40	583,50	18,31	-	736,30	#DIV/0!	152,80
<b>TOTAL</b>	<b>160 707,80</b>	<b>70 350,56</b>	<b>43,78</b>	<b>176 409,20</b>	<b>72 317,20</b>	<b>40,99</b>	<b>1 966,64</b>

## C. DESPESAS

Nota-se na Tabela 2 em cima que a taxa de realização das despesas totais se situa em 38,1%. Isto é composto por uma taxa de realização de 53,5% para as Despesas de Funcionamento e de 19,6% das Despesas de Investimento.

Quanto às Despesas de Funcionamento, os dois factores mais importantes que levaram a taxa de realização para além dos 50% foram as Despesas com o Pessoal (taxa de realização de 54,9%, agregando 2 MMT a mais do esperado) e as Transferências Correntes (taxa de realização de 72,1%, agregando 3 MMT a mais do esperado). Referente a estas últimas, o componente de Pensões aparece com uma taxa de realização de 95,5%, pelo qual o REO dá duas explicações: (i) que o montante do OE Actualizado foi reduzido em 2 MMT, comparado com o OE Inicial; (ii)

que “o pagamento de pensões Civis do II Semestre do Ano em curso será efectuado por contrapartida dos descontos para a Contribuição dos Funcionários e Agentes de Estado e de algumas Empresas Públicas.” Quanto ao primeiro argumento, *o CIP pergunta por que se fez esta redução (que implicaria uma taxa de realização de 76%), se estas despesas são conhecidas com antecipação e, portanto, não devem ser sujeitas a ajustes pontuais.* Quanto ao segundo argumento, o CIP não entende os componentes mencionados: parecem indicar que se pagou as pensões do segundo semestre já no primeiro semestre e que seriam reembolsados com a contrapartida dos descontos para as contribuições. *O que o CIP não entende é por que se pagaria antecipadamente as pensões, pois isto é contrário ao regulamento.*

<sup>9</sup> O documento apresenta um erro de cálculo em relação ao somatório do IVA. O somatório do IVA (operações internas e importações) deveria ser 26,09 MMT.

Tabela 5. Despesa de Funcionamento Segundo a Classificação Económica

Classificação Económica	(Em Milhões de Meticals)							Variação 2015/16 (%)
	Ano 2015			Ano 2016				
	Orç am.	Realiz.	%	Orç am.	Realiz.	%		
	Anual	Jan-jun	Real.	Anual	Actualiz	Jan-jun		
<b>Despesas com o Pessoal</b>	<b>64 397.4</b>	<b>32 577.0</b>	<b>50.6</b>	<b>71 308.2</b>	<b>71 345.1</b>	<b>38 628.0</b>	<b>54.1</b>	<b>2.8</b>
Salários e Remunerações	60 728.6	30 928.9	50.9	67 225.3	67 215.7	36 873.5	54.9	3.3
Demais Despesas c/ Pessoal	3 668.8	1 648.1	44.9	4 082.9	4 129.4	1 754.4	42.5	-7.8
<b>Bens e Serviços</b>	<b>22 585.4</b>	<b>10 367.8</b>	<b>45.9</b>	<b>28 966.1</b>	<b>29 100.0</b>	<b>11 796.5</b>	<b>40.5</b>	<b>-1.4</b>
<b>Encargos da Dívida</b>	<b>7 621.9</b>	<b>3 048.5</b>	<b>40.0</b>	<b>12 500.0</b>	<b>12 500.0</b>	<b>7 275.1</b>	<b>58.2</b>	<b>77.8</b>
Juros Internos	3 734.7	1 395.6	37.4	7 200.0	7 200.0	3 255.7	45.2	102.2
Juros Externos	3 887.2	1 652.9	42.5	5 300.0	5 300.0	4 019.4	75.8	57.2
<b>Transferências Correntes</b>	<b>19 919.5</b>	<b>9 912.3</b>	<b>49.8</b>	<b>19 297.3</b>	<b>19 492.5</b>	<b>14 052.4</b>	<b>72.1</b>	<b>16.5</b>
Transfer. a Admin. Públicas	3 499.9	1 794.0	51.3	3 810.7	3 821.6	1 862.4	48.7	-18.7
<i>Autarquias</i>	2 013.5	1 022.2	50.8	2 291.3	2 291.3	1 106.1	48.3	-6.2
<i>Embaixadas</i>	1 338.0	744.6	55.7	1 394.2	1 391.0	705.4	50.7	-38.8
<i>Outras</i>	148.5	27.2	18.3	125.2	139.3	50.8	36.5	61.9
Transfer. a Admin. Privadas	548.9	316.7	57.7	413.9	413.9	220.8	53.4	-39.6
Transferências a Famílias	15 464.0	7 666.5	49.6	14 760.9	12 991.5	9 813.0	75.5	10.9
<i>Pensões</i>	10 301.8	4 895.9	47.5	9 359.2	7 468.5	7 129.2	95.5	26.2
<i>Assist. Social à População</i>	2 985.9	1 276.8	42.8	3 450.3	3 431.5	1 785.0	52.0	21.1
<i>Demais Transf. a Famílias</i>	2 176.3	734.2	33.7	1 951.4	2 091.5	898.7	43.0	6.1
Transferências ao Exterior	406.7	135.1	33.2	311.8	2 265.6	2 156.3	95.2	931.7
<b>Subsídios</b>	<b>2 213.4</b>	<b>948.4</b>	<b>42.8</b>	<b>2 120.6</b>	<b>2 120.6</b>	<b>879.4</b>	<b>41.5</b>	<b>-19.6</b>
Dos quais:								
<i>Subs. aos Combustíveis</i>		0.0				0.0		
<i>Subs. à Farinha de Trigo</i>		160.0				0.0		-100.0
<i>Subs. ao Transportador</i>		87.2				86.5		-14.1
<b>Exercícios Findos</b>	<b>162.7</b>	<b>11.4</b>	<b>7.0</b>	<b>210.7</b>	<b>210.7</b>	<b>0.7</b>	<b>0.3</b>	<b>-94.5</b>
<b>Demais Desp. Correntes</b>	<b>781.8</b>	<b>208.3</b>	<b>26.7</b>	<b>1 283.6</b>	<b>915.4</b>	<b>111.3</b>	<b>12.2</b>	<b>-53.7</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>409.9</b>	<b>81.6</b>	<b>19.9</b>	<b>472.7</b>	<b>472.8</b>	<b>65.9</b>	<b>13.9</b>	<b>-30.1</b>
<b>Total</b>	<b>118 091.9</b>	<b>57 155.4</b>	<b>48.4</b>	<b>136 159.3</b>	<b>136 157.1</b>	<b>72 809.3</b>	<b>53.5</b>	<b>7.7</b>

al - Variação em termos reais, com inflação a 15.40% e variação cambial a 54.7%.

Fonte: Tabela 15 do REO Jan-Junho 2016

Nas Despesas de Funcionamento também se ressalta o que já é um aspecto comum nas contas fiscais: o pagamento de juros muito acima das cifras programadas. Assim, os juros externos chegaram a uma taxa de realização de 75,8% (4,0 MMT), à raiz das dívidas ocultas que apareceram em Abril 2016. *O CIP repete as suas chamadas de atenção ao Governo para enveredar por práticas que promovam uma apresentação completa e transparente da informação sobre as transações financeiras ao povo de Moçambique, especialmente sobre as novas operações sem explicação apresentadas pelo Governo (ver secção de Financiamento) e os fluxos gigantescos inexplicáveis na CGE 2015 mencionados pelo CIP.*

*O CIP está apreensivo com o facto de os saldos das contas internas terem aumentado em 8,7 MMT num contexto de falta aguda de recursos para o investimento. O CIP mais uma vez especula que a redução das despesas de investimentos a favor do aumento de saldos em contas desconhecidas pode significar que está ocorrendo uma substituição das despesas de investimento com os fundos para fazer face ao serviço da dívida que, como discutido amplamente por vários órgãos de informação e pela Sociedade Civil em Moçambique, inclusive o CIP,<sup>10</sup> prossegue agravando-se.*

“ Nas Despesas de Funcionamento também se ressalta o que já é um aspecto comum nas contas fiscais: o pagamento de juros muito acima das cifras programadas. Assim, os juros externos chegaram a uma taxa de realização de 75,8% (4,0 MMT), à raiz das dívidas ocultas que apareceram em Abril 2016. ”

10 462—Um\_olhar\_sobre\_a\_despesa\_publica\_15-05-2016 — “Mozambique’s public debt disaster: Will the Government continue to avoid fiscal transparency?” e 459\_um\_olhar\_despesa\_09 — Desastre da Dívida Pública em Moçambique: Vai o Governo continuar a pautar por falta de transparência?

## D. CONCLUSÃO

Esta Nota revela que ainda persistem falhas importantes na qualidade de apresentação da execução do OE, neste caso com a execução do OE 2016 no primeiro semestre (Janeiro-Junho). Como dito em outras análises, o Governo falha de forma sistemática na apresentação de detalhes importantíssimos para a análise completa das cifras, principalmente nas rubricas sensíveis da dívida e investimentos.

A implementação do OE 2016 teve lugar no contexto da aparição de dívidas ilegais anteriormente ocultas. O pagamento dos encargos destas dívidas desviou – e prossegue desviando – recursos fiscais importantes do Governo, causando uma crise de iliquidez.

Uma conclusão de grande realce é que, mais uma vez, como em 2015, o Governo foi incapaz de reagir à queda dos recursos externos – uma queda em que o Governo é parte interessada pois foi provocada pelo desastre das dívidas ocultas – e manter as despesas de investimento razoavelmente altas. Neste contexto, o CIP questiona por que o Governo emprestou mais recursos externos do que gastou em despesas de investimento, com a conclusão inescapável de que estes recursos foram utilizados para fins não produtivos, a favor do aumento de saldos em contas desconhecidas. Como o apoio ao orçamento

foi quase inexistente no primeiro semestre, o desafio colocado ao Governo é providenciar mais informação sobre a proveniência destes empréstimos externos e detalhar o seu uso.

O CIP renova o seu apelo ao Governo da necessidade de mostrar responsabilidade e adoptar um espírito de transparência para o restabelecimento da confiança do povo de Moçambique no Governo em termos de gestão do orçamento e da dívida pública, em vez de optar por manobras de engenharia financeira pouco transparentes.

Em relação à qualidade do REO II 2016, notam-se as mesmas discrepâncias já levantadas pelo CIP em relação ao REO 2015: os mapas apresentados nos anexos são de tal desagregação que impossibilitam uma análise geral, porque não são disponibilizados em formatos de fácil leitura e interpretação que permitam aos pesquisadores simular outras variáveis com os números. Em específico, é quase impossível analisar a relação entre a queda dos investimentos e os recursos externos em relação a doadores específicos. Se bem que os mapas mostram a informação básica em dezenas de páginas, falta agregar tal informação por doador. O mesmo comentário de desagregação é válido para os mapas referentes ao Orçamento Alterado (actualizado) – mapas que carecem de qualquer texto explicativo.

### Parceiros



Norwegian Embassy



### Informação Editorial

**Director:** Adriano Nuvunga  
**Equipa Técnica do CIP:** Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egidio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Stélio Bila.

**Assistente de Programas:** Nélia Nhacume  
**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

**Layout e Montagem:** suaimagem

#### Contacto:

Center for Public Integrity (Centro de Integridade Pública, CIP)  
Bairro da Coop, Rua B, Número 79  
Maputo - Moçambique  
Tel.: +258 21 41 66 25  
Cell: +258 82 301 6391  
Fax: +258 21 41 66 16  
E-mail: [cip@cipmoz.org](mailto:cip@cipmoz.org)  
Website: [www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org)